INTERESSADO: UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO DO 1º GRAU "D. LUIZ DO AMARAL MOUSINHO" -- Ribeirão Preto	
ASSUNTO: Equivalência de estudos e convalidação de matrícula e demais atos escolares	
RELATOR: Conselheiro João Baptista Galles da Silva	
PARCELA Nº: 273/76	APROVADO EM: 31.3.76
CÂMARA DE COMISSÃO: CPC	
COMISSÃO DE TRABALHO: PLENO	

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO:-

1.1 A sra. Diretora da Unidade Municipal de Ensino do 1º Grau D. Luiz do Amaral Mousinho, de Ribeirão Preto, através da 2ª DESN, encaminhou ao Conselho Estadual de Educação os documentos escolares de Pedro Carlos Morelli, João Cesar Padilha, Antônio Carlos Martins, Fausto Ruiz, Fernando Antônio Martins, José Roberto Bastos, Eduardo Ferreira Fontellas, Pedro Ernesto Bastos e Jackson Aparecido Araújo dos Santos, solicitando manifestação deste Colegiado sobre o reconhecimento de estudos que os interessados realizaram em curso de aprendizagem industrial ministrado na Escola SENAI de Ribeirão Preto e pedindo a homologação da matrícula de dos demais atos escolares praticados por esses alunos no citado estabelecimento de ensino.

1.2 A situação escolar dos interessados, em 1975, era a seguinte:

- 12.1- Pedro Carlos Morelli: realizou curso de aprendizagem com a duração de 4 (quatro) "graus" e ingressou em 1973, na 7ª série, submetendo-se a processo de adaptação em Francês e Música.
- 12.2- João César Padilha: realizou curso de aprendizagem com a duração de 4 (quatro) "graus" e ingressou na 7ª série, em 1972, submetendo-se a processo de adaptação em Educação Moral e Cívica e Francês.

12.3- Antônio Carlos Martins: realizou curso de aprendizagem com a duração de 3 (três) "graus" tendo ingressado na 6ª série em 1970. Submeteu-se a processo de adaptação em Música, Educação Moral e Cívica e Francês.

12.4- Fausto Ruiz: realizou curso de aprendizagem com a duração de 4 (quatro) "graus", tendo ingressado na 7ª série em 1974. Submeteu-se a processo de adaptação em Música e Francês.

12.5- Fernando Antônio Martins: realizou curso de aprendizagem com a duração de 3 (três) "graus" e ingressou na 6ª série em 1973, submetendo-se a processo de adaptação em Francês e Música.

12.6- José Roberto Pastos: realizou curso de aprendizagem com a duração de 4 (quatro) "graus" tendo ingressado na 7ª série em 1974. Submeteu-se a processo de adaptação em Música e Francês.

12.7- Eduardo Ferreira Fontellas: realizou curso de aprendizagem com a duração de 4 (quatro) "graus". Ingressou na 7ª série em 1974 e submeteu-se a processo de adaptação em Francês e Música.

12.8- Pedro Ernesto Bastos: realizou curso de aprendizagem com a duração de 4 (quatro) "graus". Ingressou na 7ª série em 1973, submetendo-se a processo de adaptação em Francês.

12.9- Jackson Aparecido Araújo dos Santos: realizou curso de aprendizagem com a duração de 4 (quatro) "graus". Ingressou na 7ª série em 1973 e submeteu-se a processo de adaptação em Francês.

1.3 Todos estudaram Português, Matemática, Desenho, Ciências Físicas e Biológicas, Estudos Sociais, incluindo Geografia do Brasil, e História do Brasil, Educação Moral e Cívica, Educação Física e Prática Profissional.

2. Fundamentação:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que ha-

jam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo parágrafo único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para aue habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5 Os interessados realizaram cursos de aprendizagem com a duração de 3 a 4 "graus" que lhes permitiriam reconhecimento de equivalência de estudos a nível de conclusão, respectivamente, das 7ª e 8ª séries do ensino do 1º grau.

2.6 A direção do estabelecimento de ensino, com execução de Antônio Carlos Martins, possibilitou-lhes a matrícula, indevida, após a vigência da Deliberação CEE nº 30/72 que estabeleceu normas sobre equivalência dos cursos de aprendizagem e, tardiamente, em agosto de 1975> solicitou a manifestação deste Conselho a respeito do assunto.

2.7 Os alunos, no entanto, não podem responder pela falta cometida pelo estabelecimento de ensino que os acolheu.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, voto no sentido do reconhecimento da equivalência dos estudos realizados por Pedro Carlos Morelli, João César Padilha, Antônio Carlos Martins, Fausto Ruiz, Fernando Antônio Martins, José Roberto Bastos, Eduardo Ferreira Fontellas, Pedro Ernesto Bastos e Jackson Aparecido Araújo dos Santos, no curso de aprendizagem realizado na Escola SENAI de Ribeirão Preto a nível das séries em que ingressaram no ensino de 1º grau da Unidade Municipal de Ensino do 1º Grau "Dr. Luiz do Amaral Mousinho", de Ribeirão Preto, ficando, portanto, convalidadas as matrículas e os demais atos escolares subseqüentemente praticados nesse estabelecimento de ensino.

a) Cons. João Baptista Salles da Silva

Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Primeiro Grau adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros João Baptista Salles da Silva, José Borges dos Santos Júnior, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro e Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

Sala da Câmara do Primeiro Grau, em 24 de março de 1976

a) Cons. Mons. José Conceição Paixão

Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 31.3.76

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente